



**Magalupay Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento S.A.**

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2025

com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a MAGALUPAY - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (“Magalupay Financeira”) apresenta as suas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O encerramento deste semestre marca o início das operações da Magalupay Financeira, um passo fundamental para agregar valor ao ecossistema do Grupo. A inclusão de novas funcionalidades em nosso portfólio de serviços financeiros nos permitirá capturar ganhos de eficiência, acelerar a geração de receitas e ampliar margens, principalmente através da oferta de crédito e financiamentos nas lojas físicas do Magalu.

Aproveitamos esta oportunidade para agradecer a todos os nossos clientes pela confiança e preferência. Nosso reconhecimento também se estende a toda a nossa equipe de colaboradores, cujo empenho e dedicação foram essenciais para o sucesso desta nova fase.

A Administração

São Paulo, 19 de setembro de 2025.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e Administradores da
Magalupay Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Magalupay Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Magalupay Financeira), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 18 de fevereiro de 2025 (data de autorização para atuar como instituição financeira) a 30 de junho de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magalupay Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o 18 de fevereiro de 2025 a 30 de junho de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Magalupay Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Magalupay Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Magalupay Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Magalupay Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Magalupay Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Magalupay Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Magalupay Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras – Continuação

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Magalupay Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de setembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Henrique Furtado Maduro
Contador CRC SP-291892/O

Balanço patrimonial

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2025
Disponibilidades		-
Ativos financeiros		-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-
Ativos fiscais		-
Imobilizado de uso Intangível		-
Total do ativo		-
PASSIVO	Nota	30/06/2025
Passivos financeiros		-
Passivos fiscais		-
Outros passivos		-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3	-
Capital Social		40.000
Capital a Realizar		(40.000)
Total do passivo e Patrimonio Líquido		-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	30/06/2025
(Despesa)/Receita da intermediação financeira		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-
Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-
Resultado bruto da intermediação financeira		-
Receitas / (despesas) operacionais		-
Receita de prestação de serviços		-
Despesas de pessoal		-
Despesas administrativas		-
Resultado operacional		-
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-
Lucro líquido		-
Quantidade de ações		40.000.000
Resultado líquido por ação		0,000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2025
Resultado do exercício	-
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Resultados acumulados	Total
Saldos em 18 de fevereiro de 2025	-	-	-
Capital social aprovado	40.000	-	40.000
Capital social a integralizar	(40.000)	-	(40.000)
Resultado do exercício	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	-
Varição nos ativos e passivos operacionais	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-
Aumento / Redução do caixa e equivalentes de caixa	-
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No fim do período	-
Aumento / Redução do caixa e equivalentes de caixa	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Magalupay – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (denominada “Magalupay Financeira”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Maria Prestes Maia, 300, sala 6G, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 61.021.673/0001-12.

A Companhia é controlada pela Magalu Holding Ltda., subsidiária integral da Magazine Luiza S.A. A mudança reforça o alinhamento estratégico da Companhia a identidade e aos objetivos do ecossistema Magazine Luiza, consolidando sua atuação no setor de pagamentos digitais.

Constituída em 27 de maio de 2025, a MagaluPay Financeira tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento e a prestação de serviços de correspondente bancário.

Em 18 de fevereiro de 2025, a Companhia foi autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) nos termos da Resolução CMN nº 5.237 de 24/7/2025, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia deve adotar procedimentos aplicáveis às instituições financeiras que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN. As demonstrações financeiras não possuem período comparativo, uma vez que a Companhia iniciou suas atividades na data mencionada acima.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Magalupay – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei no 11.638/07) em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, emitido pelo BACEN.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras a Companhia está atendendo aos requerimentos da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, utilizando o custo histórico como base de valor. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração na condução dos negócios da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de setembro de 2025.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras – Continuação

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado.

Uso de estimativa

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou estimativas e premissas no cálculo de valores que possuem subjetividade no julgamento. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As diferenças de valores provenientes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no resultado no período em que as estimativas são revisadas.

Normas que entraram em vigor no período corrente:

Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23

A Resolução, emitidas pelo BACEN, regulamentam os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros pelas instituições de pagamento e demais entidades autorizadas a operar pelo BACEN.

3. Patrimônio Líquido

a) Capital social

	30/06/2025
Capital Social	40.000
Total	40.000

O Capital social da Companhia é de R\$40 milhões em 30 de junho de 2025, dividido em 40.000.000 ações ordinárias no valor de R\$1,00.

b) Capital a integralizar

	30/06/2025
Capital a Integralizar ¹	(40.000)
Total	(40.000)

¹ Capital integralizado em 07 de julho de 2025.

4. Gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de riscos que permite que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados e tratados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a Companhia possui as seguintes atividades para apoiar à Administração:

- Controles internos e Compliance: responsável por definir, implantar e gerenciar métodos de gestão dos riscos e fluxo de tratamento dos eventos, suportar as áreas orientando o devido tratamento dos eventos percebidos, avaliar, de maneira independente, os planos de ação e controles mitigatórios e preventivos implantados e, por fim, disseminar a cultura de gestão de riscos e controles internos.
- Auditoria interna: responsável por avaliar periodicamente de maneira independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados e se de fato estão efetivamente implantados e em funcionamento.
- Controles financeiros: responsável pelo acompanhamento diário dos saldos bancários, salvaguarda do saldo dos clientes, acompanhamento dos índices de liquidez e gerenciamento de capital da Companhia, fornecendo as informações necessárias para as tomadas de decisões.

Como principais riscos que a Companhia está exposta no curso de suas atividades identificou-se: risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e de patrimônio e risco de mercado.

a) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

A Companhia possui estrutura de risco operacional e controles internos, responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de risco nos processos existentes. Os pontos identificados são apresentados e discutidos nos encontros do COMEX que resultam em recomendações e planos de ações definidos.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização ou redução de remunerações e de ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia do instrumento, da contraparte ou de interveniente, às vantagens concedidas na reestruturação de instrumentos financeiros, aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos e aos desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas.

4. Gerenciamento de riscos - Continuação

c) Risco de liquidez

A possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, sem incorrer em perdas significativas, e, ainda, a possibilidade de a Instituição emissora de moeda eletrônica não ser capaz de convertê-la em moeda física ou escritural no momento da solicitação do cliente.

O fluxo de caixa e nível de liquidez da Companhia são monitorados diariamente pela Tesouraria e reportados à Administração, garantindo a existência de recursos e linhas de crédito imediatas suficientes para a cobertura de suas obrigações financeiras.

Mais informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Magalupay Financeira podem ser encontradas no documento publicado em nosso site:

<https://www.magalupay.com.br/documentos-regulatorios/>

d) Risco de mercado

É o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros que podem afetar os ganhos ou as perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno da Companhia.

e) Capital regulatório

A BCB nº 201/2022, dispõe sobre o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência para instituições classificadas como Tipo 3, com apuração de 17% (a partir de fevereiro de 2025) ao montante dos ativos ponderados pelo risco para Conglomerado Prudencial.

5. Eventos Subsequentes

Após a data-base de 30 de junho de 2025, foi concluído o processo de integralização do capital social da empresa. Conforme o ato societário de constituição, o capital social de R\$40.000.000,00 foi integralizado em 07 de julho de 2025. Esse evento pós-balanço representa a entrada de recursos correspondentes ao capital subscrito e fortalece a estrutura de capital da companhia.

MEMBROS DA DIRETORIA

Fabio Itiro Bonifácio Murakami
Diretor de Produtos

Márcio Henrique Silva de Oliveira
Diretor de Tecnologia

Lélio Marcos Rodrigues Bertoni
Diretora de Ouvidoria

Kahue Souza Cardoso
Diretor de Riscos

Paulo Augusto Pannunzio de Castro
Diretor Auditoria Interna

Rebeca Virginia Villagra Lima
Diretora de *Compliance* e PLD

Michelle Marinho Pereira Silva
Contadora
CRC 1SP249302